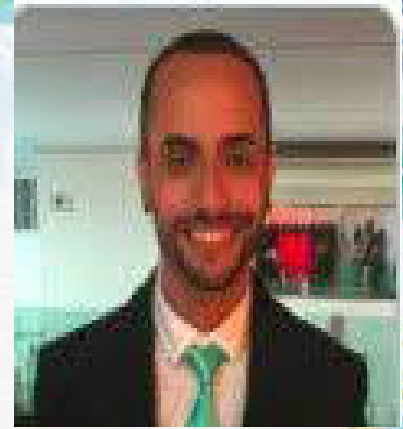


RELAÇÕES ENTRE A ECONOMIA DO CONHECIMENTO, A TEORIA DO CAPITAL HUMANO E O NEOLIBERALISMO NA EDUCAÇÃO



WESLEY DA SILVA MARTINS

Mestre em Ensino de Ciências e Matemática pela Universidade Cruzeiro do Sul (2019); Licenciatura em Pedagogia pelo Centro Universitário de Jales (2018); Licenciatura em Matemática pelo Centro Universitário de Jales (2015); Bacharelado em Ciências Econômicas pela Faculdade Oswaldo Cruz (2012); Coordenador Pedagógico - na EMEF Professor Renato Antônio Checchia; Professor de Educação Básica - Matemática - na EE Parque Anhanguera.

RESUMO

O conhecimento transformou-se num motor da produtividade e do desenvolvimento econômico e as mudanças que ocorrem com a economia do conhecimento alteram profundamente a organização da própria economia e da sociedade. O mercado da economia do conhecimento é muito mais exigente em termos de qualificação dos recursos humanos, por esse motivo, usar o conhecimento para fins de desenvolvimento depende de maior consistência do capital humano. Atraídos por esse capital humano, as empresas privadas possuem um interesse crescente na área educacional, com objetivos, preferências, estratégias e investimentos particulares e mercadológicos, nem sempre benéficos para a Educação. Desta forma, este trabalho tem por objetivo traçar relações entre a Economia do Conhecimento, a teoria do capital humano e o Neoliberalismo na Educação, discutindo as suas convergências e divergências.

PALAVRAS-CHAVE: Economia do Conhecimento; Neoliberalismo na Educação; Capital Humano.

INTRODUÇÃO

A economia do conhecimento promove grande transformação, através dela o crescimento e o desenvolvimento de um país passam a depender principalmente de ideias, tecnologia e conhecimento. Portanto, se o conhecimento é a maior fonte de riqueza, os indivíduos, as empresas, e os países devem investir nos ativos que o produz e o processa, daí vem a grande importância do capital humano, por ser a fonte de tudo isso.

A tendência é que os investimentos em capital humano, ricos em conhecimento, se tornem mais importantes que se investir em equipamentos. Esses investimentos são complementares, mas é crescente a importância deles na criação de novos produtos e modelos além de melhoria e di-

ferenciação de produto. O uso competente das tecnologias da inteligência, isto é, tecnologias da informação e comunicação, agrega valor, abre mercados e gera riquezas, fatores fundamentais para o desenvolvimento econômico de um país.

Nesse sentido, a educação se tornou um grande negócio, sendo alvo de empresas que injetam capital de giro em uma empresa-alvo para alimentar a expansão, o desenvolvimento de novos produtos ou a reestruturação das operações da empresa, gestão ou propriedade. A Educação como uma área de negócio é afetada por decisões estratégicas com o objetivo de aprimorar a vantagem competitiva, criar fontes de valor e melhorar o crescimento de receitas (BALL, 2014). O objetivo dessas empresas é mobilizar saberes cada vez maiores sob seu duplo aspecto de fatores de produção e mercadorias.

ECONOMIA DO CONHECIMENTO

O conhecimento sempre teve um papel muito importante para o aumento do bem-estar social, e usado com eficácia pode representar uma grande diferença nas taxas de crescimento dos países. A economia do conhecimento surgiu em meio a uma grande revolução, determinada por dois fatores, o crescimento das atividades econômicas intensivas em conhecimento e a globalização das atividades econômicas.

Machlup (1962) foi quem produziu o primeiro estudo que envolveu evidências baseadas em modelos teóricos de economia, defendendo a existência dessa nova economia (economia do conhecimento). Nesse estudo o autor demonstra uma grande participação da “indústria do conhecimento” no Produto Interno Bruto (PIB) norte-americano. O papel do conhecimento na economia começa quando tenta se explicar o crescimento econômico a partir da influência do aprofundamento do progresso técnico e do crescimento da produtividade. Com isso, tornou-se necessário compreender o processo de produção do conhecimento, tal como a sua distribuição, reconhecendo a sua importância na economia.

Existe uma grande importância econômica dos investimentos em educação e pesquisa, como uma das formas de impactar nas taxas de aumento do crescimento. Machlup (1962) ressalta que o conhecimento tem natureza passível de tratamento científico, por isso é elemento de descoberta, replicação, disseminação, transmissão e comunicação, tornando-se passível a sua produção. Tanto a produção como a distribuição do conhecimento são importantes, sendo que a última também pode ser de informação, para o autor, informação é conhecimento.

Machlup (1983) apresentou algumas características e razões apontadas para a realização de estudos econômicos da produção de conhecimento, são elas: a renda das nações é alocada crescentemente na produção do conhecimento; grande parte dos dispêndios das nações com conhecimento é financiado pelo governo, sendo a produção do conhecimento dependente da verba governamental; cada tipo de conhecimento resulta em contínuas mudanças nas condições de produção de muitos bens e serviços.

petitivo e interdependente. O conhecimento tem uma característica específica, ele não é consumido pelo seu uso, uma vez produzido pode-se aplicá-lo em uso máximo na produção, reduzindo assim os custos unitários.

Uma economia do conhecimento exige um regime econômico que incentive a produção e uso eficientes de conhecimento, um sistema de educação e capacitação da população, um programa para a estruturação de instituições de pesquisa, além de uma infraestrutura de tecnologias da informação, tudo para a criação e disseminação de conhecimento através da economia e sociedade. A necessidade econômica é que a disseminação das tecnologias genéricas e de outras formas de conhecimento seja condição indispensável para que os diferentes setores possam funcionar dentro da economia do conhecimento.

Segundo Veloso (2005) a economia do conhecimento possui duas dimensões: a primeira é a econômica, que leva o conhecimento a todos os setores da economia, na forma de aplicação e uso, desenvolvendo os setores de alta tecnologia, e setores como agricultura, agronegócios, biotecnologias, tecnologias da informação e comunicação, bens de capital, insumos industriais, entre outros, que se tornam mais intensivos no uso de informação e conhecimento. A segunda é a econômico-social, que consiste em levar o conhecimento a todos os setores da sociedade, inclusive os de baixa renda. Para isso é necessário pessoas qualificadas para o uso intensivo do conhecimento para fins de desenvolvimento.

As ideias e o conhecimento – pertencentes à mente humana – são a principal fonte de poder e um meio potente através do qual podemos gerar riquezas na atualidade. Nessa nova economia, a informação e o conhecimento tornam-se um elemento central na produção de riqueza e valor, transformando a produção através da incorporação do conhecimento.

A TEORIA DO CAPITAL HUMANO

Para começarmos traçar paralelos entre a Economia do Conhecimento e o Neoliberalismo na Educação discutiremos a teoria do capital humano, que considero ser a mais importante relação entre esses dois conceitos. O capital humano é um paradigma teórico que explica as diferenças de produtividade individuais em função do nível de consumo e investimento em educação por cada indivíduo. Os maiores níveis de produtividade que aparecem associados a maiores níveis de qualificação acadêmica, justificariam que trabalhadores mais qualificados fossem recompensados com empregos mais produtivos, com maior prestígio social e maior remuneração.

Neste sentido, os trabalhadores tornaram-se capitalistas não porque tenham se tornado proprietários, mas pela aquisição de saberes e competências com valor econômico que são produtos de investimentos pessoais. De acordo com Becker (1994), o capital humano é diretamente útil no processo de produção, aumentando a produtividade do trabalhador em todas as tarefas, embora possivelmente de forma diferente em diferentes atividades, organizações e situações.

Becker (1994) parte do pressuposto que investimentos em educação e outras políticas sociais

das pessoas pela arte e pela cultura. Em outras palavras, os gastos em educação, treinamento, serviços médicos, entre outros, são investimentos no próprio capital. Porém, “estes produzem capital humano, não físico ou financeiro, porque você não pode separar uma pessoa de seus conhecimentos, habilidades, saúde ou valores” (BECKER, 1994, p. 103).

Desde o liberalismo clássico, Adam Smith (1996) já propunha quatro tipos de capital, sendo um deles o capital humano, que ele considera que são as habilidades adquiridas e úteis dos membros de uma sociedade. Sobre isso o autor destaca que:

“A aquisição dessas habilidades para a manutenção de quem as adquiriu durante o período de sua formação, estudo ou aprendizagem, sempre custa uma despesa real, que constitui um capital fixo e como que encarnado na sua pessoa. Assim como essas habilidades fazem parte da fortuna da pessoa, da mesma forma fazem parte da sociedade à qual ela pertence. A destreza de um trabalhador pode ser enquadrada na mesma categoria que uma máquina ou instrumento de trabalho que facilita e abrevia o trabalho e que, embora custe certa despesa, compensa essa despesa com lucro” (SMITH, 1996, p. 290).

Contribuindo com Smith, Schultz (1973), destaca que o capital (em forma de competências e conhecimento) é parte substancial de um investimento intencional. A maior parte daquilo que os indivíduos consomem constitui um investimento no capital humano, como despesas diretas na educação, saúde e migrações internas com o intuito de aproveitar melhores oportunidades de emprego.

Becker (1994) considera que o vigor contínuo da pesquisa em capital humano está aumentando, reflexo de que esta área de estudo não é uma das muitas modas que passam, mas uma contribuição importante e duradoura para a área da economia. O autor destaca a importância das pesquisas em economia aplicada e defende fortemente a ideia do capital humano como lupa de não apenas compreensão, mas de confecção das políticas públicas.

NEOLIBERALISMO NA EDUCAÇÃO

Para começarmos a discussão sobre o Neoliberalismo na Educação é importante conceituarmos o que é considerado Neoliberalismo. Para Wood (1997) apud BALL (2014), o Neoliberalismo:

[...] é tratado nem como uma doutrina econômica concreta nem como um conjunto definido de projetos políticos. Pelo contrário, eu trato neoliberalismo como um conjunto complexo, muitas vezes incoerente, instável e até mesmo contraditório de práticas que são organizadas em torno de certa imaginação do “mercado” como base para “a universalização das relações sociais baseadas no mercado, com a correspondente penetração em quase todos os aspectos de nossas vidas, do discurso e/ou da prática de mercantilização, de acumulação de capital e de geração de lucros”. (WOOD, 1997 apud BALL, 2014).

Conclui-se então que o Neoliberalismo envolve relações materiais e sociais com novas oportunidades de lucro. Nesse sentido, o Neoliberalismo na Educação, é o interesse crescente nessa área pelo capital privado. Sobre isso, Laval (2004, p. XX) explica que “na nova ordem educativa que se delineia, o sistema educativo está a serviço da competitividade econômica, está estruturado como um mercado, deve ser gerido ao modo das empresas.”

O autor acrescenta que:

“não se trata somente de políticas econômicas monetaristas ou de austeridade, de mercantilização das relações sociais ou de ditadura dos mercados financeiros. Trata-se mais

fundamentalmente de uma racionalidade política que se tornou mundial e que consiste em impor por parte dos governos, na economia, na sociedade e no próprio Estado, a lógica do capital até a converter na forma das subjetividades e na norma das existências.” (LAVAL, 2004, p. 14).

Ball (2014) acrescenta o conceito de Edu-businesses, que são os negócios em educação, que é o interesse de empresas de capital privado na educação. Essas empresas injetam capital de giro em uma empresa-alvo para alimentar a expansão, o desenvolvimento de novos produtos ou a reestruturação das operações da empresa, gestão ou propriedade.

Essas empresas, inclusive, fazem parcerias com o setor público, produzindo o que o autor chama de estado sombra, que é a ambição do setor privado e dos “educadores” do terceiro setor no desenvolvimento de infraestruturas alternativas para o provimento de serviço público. Esse estado sombra está assumindo cada vez mais os papéis antes limitados às organizações do setor público e ao próprio Estado, por meio de envolvimento na entrega, no diálogo e na tomada de decisões. Nesse exemplo, notamos a presença da ideologia e da prática neoliberal (BALL, 2014).

Cada empresa possui um grau de interesse na educação por parte dos negócios, e o tamanho e o valor de diversos mercados globais em serviços educacionais. Em alguns casos, exercem considerável influência financeira em relação à política educacional. A compra e venda de serviços educacionais envolve várias atividades de negócios, como mercados de produção de currículos, serviços de avaliação, serviços administrativos, recrutamento, folha de pagamento, gestão do orçamento.

Cada vez mais edu-businesses, por meio de sua publicidade e suas promoções, posicionam-se como oferecendo “soluções” para os problemas de políticas nacionais para elevar os padrões e alcançar melhorias educacionais ligadas tanto à oportunidade individual (melhoria na carreira do sujeito) quanto à competitividade nacional. Tal promoção também se estende à participação ativa nas relações de influência nas políticas e nas redes de políticas como um meio para agitar as políticas que oferecem mais oportunidades de lucro (BALL, 2014).

TRAÇANDO PARALELOS

A doutrina dominante em educação encontra hoje seu centro de gravidade nas teorias do capital humano, segundo Laval (2004, p. 25), são “os conhecimentos, as qualificações, as competências e características individuais que facilitam a criação do bem-estar pessoal e econômico”. O custo de se adquirir o capital humano segue as regras básicas de economia: oferta e demanda. Ou seja, mesmo os bens intangíveis que teoricamente compõem o chamado capital humano são gerados a partir de oportunidades que, em alguma medida, foram financiadas por alguém (BECKER, 1994).

Segundo Becker (1994), o retorno do capital humano (educação, saúde, migração) é maior do que o do capital não-humano, mas ele é afetado por dificuldades financeiras e conhecimento inadequado de oportunidades. O autor entende que o capital humano aumenta a produtividade do trabalhador em todas as tarefas, embora possivelmente de forma diferente em diferentes atividades.

organizações e situações. Nesta visão, embora o papel do capital humano na produção/processo possa ser bastante complexo, em certo sentido ele o defende como algo representado por um objeto unidimensional, como o estoque de conhecimentos ou habilidades e este estoque faz parte diretamente da função da produção.

Para ele, os sujeitos são investidores de si próprios. Eles investem considerando o retorno do investimento. Por isso, a tendência é que investidores mais jovens invistam mais (mais tempo para colher os frutos) e investidores têm aversão a riscos. Como o capital humano é intangível e não pode servir como fonte fiduciária ou garantia em empréstimos, por exemplo, seu financiamento nem sempre é possível. Nessa perspectiva, aqueles que têm mais “de saída” têm maiores chances de investir em capital humano. Porém, só aumentam esse investimento se encontrarem retorno direto.

O retorno sobre o capital humano nunca é empiricamente separado de outros ganhos e do custo desse capital é apenas às vezes e incompletamente separado. Assim, escolher entre atividades “promissoras” e “sem saída” envolvem exatamente as mesmas considerações como escolher entre continuar a sua educação e entrar para a força de trabalho - quanto maior os ganhos subsequentes, mais eles compensariam suficientemente os custos iniciais. Os indivíduos ou a sociedade escolheriam o aprendizado apenas se fosse um investimento suficientemente bom da mesma forma que eles ou a sociedade escolheriam formações no trabalho se isso fosse suficientemente rentável.

Neste ponto encontramos a “porta aberta” para o neoliberalismo, utilizando-se do saber como matéria prima do século XXI. Ocorre então, as chamadas mercadorização da educação e mercadição da escola, a primeira refere-se à transformação em mercadoria dos recursos e conteúdo do ensino, isto é, escola com propósito profissional e parcerias com empresas, por exemplo. A segunda diz respeito à inserção da escola no mercado, desenvolvendo concorrência entre estabelecimentos escolares e implementando a livre escolha da escola por parte das famílias (LAVAL, 2004).

Com o neoliberalismo na educação, houve um crescimento da chamada “segunda escola”, constituída por cursos suplementares, tutorias privadas, aulas particulares, por exemplo. Além disso, ocorre constantemente um aumento do mercado de compra e venda de instituições de ensino. Importante ressaltar que não são apenas materiais, serviços educacionais e ideias de políticas que estão sendo vendidos, há um mercado global em instituições de ensino de “venda” de seus clientes, os alunos. Ball (2014) considera que esse é um tipo particular de economia do conhecimento, pois o valor monetário e a rentabilidade da educação aqui são muito evidentes e muito diretos.

Freitas (2018) destaca que a lógica do neoliberalismo na educação é a escolha dos estudantes segundo o dinheiro que carregam no bolso. Segundo o autor, uma elite branca estuda em escola privada, uma classe média branca estuda em escolas privadas de menor custo e os muito pobres, geralmente negros, estudam nas escolas públicas que sobrevivem à privatização, ou nas terceirizadas de baixa qualidade. Nesse sentido, a educação vira uma mercadoria, com a sobrevivência do mais forte com um “livre mercado” concorrencial e o foco no mérito e no esforço pessoal.

Diante disso, a educação estaria direcionada para atender os objetivos e disputas ideológicas do empresariado, como um “serviço” que se adquire e não como um direito de todos. Com o neoliberalismo ocorre uma queda da proteção social e o trabalhador é obrigado a aceitar as imposições

do mercado. Relacionando essa lógica com a teoria do capital humano surge um problema, a dificuldade de financiar o capital humano em detrimento do financiamento de outros tipos de capital, como o capital físico, por exemplo.

Becker (1994) se refere às pessoas que investem em capital humano como “firmas” que combinam esse tipo de capital com outras fontes para ampliar sua capacidade de gerar renda. Nesse aspecto, ele defende que o investidor - ou as “firmas” - precisam de tempo para empreender ou tempo empreendedor para gerar capital humano. Como o tempo está incorporado no investidor, em seus professores e gestores ou outras fontes contratadas de geração de capital humano eles só podem ser substitutos imperfeitos dele. Ou seja, a capacidade empreendedora do sujeito ou da firma é um conceito claro e definido para o autor, e que, segundo ele, assume uma contraparte empírica e que pode elevar os custos de adquirir capital humano e por consequência limitar o próprio tamanho do que ele chama de “firmas”.

Nesse sentido, a ideia do neoliberalismo é um investimento na educação para um retorno financeiro, não se preocupando, necessariamente, com o desenvolvimento do capital humano. Para Maren Elfert (UNESCO, 2015), a diferença entre as perspectivas racionais (essencialmente do pensamento liberal e neoliberal) e do capital humano está na inserção e apropriação do termo *lifelong learning* ou aprendizagem ao longo da vida pelos defensores da perspectiva do capital humano. Propagado pela OCDE, o conceito de aprender ao longo da vida diz respeito à aquisição de habilidades e competências para responder às necessidades do mercado de trabalho em um contexto mais amplo de “sociedade do conhecimento”. Há, segundo a autora, uma distinção fundamental entre as duas concepções, uma vez que a OCDE inclui aspectos de coesão social e cidadania à agenda do retorno econômico da educação.

Barrett et al. (2006) e Ticky (2011), por sua vez, não diferenciam a perspectiva economicista da do capital humano, argumentando que ambas têm como foco o retorno econômico, ainda que reconheçam a inclusão do discurso de coesão social. Para eles, em ambas as perspectivas o retorno econômico se dá a partir da formação de um capital humano capaz de gerar riquezas (DIETRICH, 2019).

Corroborando com a discussão, Freitas (2018) destaca que a ideia de que a educação para ser emancipadora deva ficar fora do Estado, defendida por Marx, precisa ser devidamente contextualizada no presente momento histórico. Segundo o autor, atualmente, ficar fora do Estado é ficar diretamente nas mãos dos empresários e da filantropia. Nesse contexto, a privatização é a categoria central da reforma empresarial da educação proposta pelo neoliberalismo, promovendo uma lógica conservadora, reacionária, que conduz a uma sociedade individualista que promove uma educação desigual, segregadora, amplificando sua elitização.

Para finalizar, Freitas (2018) expõe algumas lições que podemos aprender com os anos de política estadunidense de responsabilização baseada em testes, destacando que a forte crença na interpretação dos resultados é muito frágil; a grande expectativa sobre o incentivo à educação garantiu pequeno resultado; os pequenos resultados são corroídos pelos extensos efeitos negativos; esta política exige/produz “cães de guarda”, mas a rejeição foi crescente; favoreceu uma concepção reducionista de educação

Além disso, o autor lista os impactos dessa política na vida dos estudantes, que são “desenvolvidos” nas habilidades e competências da sociedade neoliberal; a “aprendizagem” é ditada pelos processos girando em torno de testes, pontuações e rankings; predisposição à concorrência e à competição; lógicas do mérito, empreendedorismo, torna-se um excelente “vendedor de si mesmo”; justificativas aos “fracassados”; abre-alas ao autoritarismo social nas escolas (tolerância zero aos “inadequados”, indisciplina e “alunos problema”), favorecendo a segregação e exclusão; coleta e posse de seus dados por meio de plataformas digitais de aprendizagem (FREITAS, 2018).

Com os fracassos de políticas educacionais expostos, o neoliberalismo influenciando a educação acontece com o aumento de escolas privadas; a inserção da lógica empresarial na gestão escolar pública; incentivo/controlado das agências para a formação continuada e credenciamento dos professores e para criação de materiais/plataformas digitais aos estudantes; florescimento de um mercado de consultorias e assessorias diante das novas demandas; e cada vez mais influência de grandes empresas privadas nas decisões dos estados sobre suas políticas públicas em educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto no presente trabalho, destaco alguns pontos para refletir frente ao crescimento da presença do neoliberalismo na educação. O perigo de um alto fornecimento do ensino superior, sem ênfase na qualidade – em muitos casos, essas cadeias de universidades privadas empregam professores mal qualificados e têm uma participação limitada em atividades de pesquisa; As colaborações do setor privado com as universidades públicas aprofundam a influência das preferências e das prioridades corporativas e comprimem o espaço crítico; Relações complexas construídas sobre contrato em vez de colegialidade e destinadas à geração de lucros ao invés da produção de conhecimento ou do serviço público envolvem as universidades públicas no campo do comércio; As ambições nacionais e empresariais não são sempre compatíveis; O edu-business global é de progressão rápida e mutável, ansioso por abrir novos espaços para expansão, nem sempre com olhar para a qualidade dos serviços; Segregação: estudos da OCDE mostram que a lógica do mercado escolar provoca o desaparecimento das escolas de bairro polivalentes e socialmente mistas, além de acentuar a polarização social e racial; Desigualdade de possibilidades de escolha (em termos de informação, dinheiro, preocupações sociais) e seleção pela própria escola (“seleção social e étnica”); introdução de marcas e mercadorias no espaço escolar – o chamado currículo oculto; Autonomia e participação: armadilhas da “nova gestão”, isto é, a escola é uma empresa que produz um serviço, então deve ter à frente um organizador capaz de dirigir uma “equipe” e que se responsabilize pela produção de “valor agregado” pela “empresa” (LAVAL, 2004; BALL, 2014; FREITAS, 2018).

Destaco ainda algumas propostas para resistência ao neoliberalismo na educação: defesa à exclusão da educação da Lei de Responsabilização, fator que induz à privatização; apoio a dispositivos constitucionais que garantam investimento e gestão democrática da educação; atenção às formas de convencimento/legitimação das teses da reforma, como por exemplo, relatórios de agências apresentados como políticas de evidência, experiências financiadas por entidades filantrópicas e divulgação de “exemplos de sucesso”; apoio à programas de gestão escolar pública e repúdio a par-

que visem regular ações educacionais nacionais; eliminação de avaliações censitários de avaliação de larga escala ou apoio à leis que garantam a decisão familiar sobre a participação do estudante; opor-se ao fechamento de escolas públicas.

REFERÊNCIAS

BALL, S. J. Educação Global S.A: **Novas redes políticas e o imaginário neoliberal**. Ponta Grossa, PR: UEPG, 2014.

BECKER, G. Human Capital: **A Theoretical and Empirical Analysis, with Special Reference to Education: A Theoretical and Empirical Analysis, with Special Reference to Education, 3rd Edition**. Chicago: University of Chicago Press, 1994.

DIETRICH, J. N. **O tempo na educação latinoamericana: Análise sobre a relação entre a quantidade de horas na escola e a proficiência em linguagens e matemática de estudantes do 3º ano da educação básica**. 2019. Disponível em: https://biblioteca.ufabc.edu.br/mobile/download.php?idioma=ptbr&acesso=web&codigo=77635&tipo_midia=2&iUsuario=0&obra=118656&tipo=1&-downloadApp=1. Acesso 01 fev. 2023.

FREITAS, L. C. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LAVAL, C. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. Londrina: Planta, 2004.

MACHLUP, F. **The production and distribution of knowledge in the United States**. 1ª ed. New Jersey: Princeton University Press, 1962.

MACHLUP, F.; MANSFIELD, U. **The study of information. Knowledge: its creation, distribution, and economic significance**. New Jersey: Princeton University Press, 1983.

SMITH, A. **A riqueza das Nações**. Rio de Janeiro: Abril Cultural, 1996.

SCHULTZ, T. **O Capital Humano: Investimento em educação e pesquisa**. Trad. de Marco Aurélio de M. Matos. Rio de Janeiro: Zarhar, 1973.

UNESCO. **The Faure report, the Delors report, and the political utopia of lifelong learning**. Marien Elfert - European Journal of Education, 2015.

VELLOSO, J. P. R. **Reforma Política e Economia do Conhecimento**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.